

As histéricas de hoje: um recorte teórico, social e feminista

Hannah Raquel Borges Pimenta de Azevedo

Resumo

É de interesse do trabalho realizar uma análise multideterminada da nomenclatura histórica — conceito psicanalítico com grande repercussão teórica, compreendendo seu significado diagnóstico, sua íntima relação com o contexto da época, como se desenvolveu no cenário social e se popularizou como adjetivo feminino e estratégia de poder intimamente ligada ao questionamento da sanidade. Partindo do viés teórico, o problema de pesquisa está centrado no controle dos corpos femininos, diretamente ou sublimado pela cultura social e em suas estratégias, que são capazes de forjar em nome de seus interesses termos, diagnósticos médicos e o que quer que desejem. Foi possível evidenciar, pela revisão da literatura, a imperativa necessidade da promoção de debates sociais e científicos que questionem o local destinado e ocupado pela mulher, e a promoção de políticas públicas e ações sociais capazes de garantir direitos e proteção.

Palavras-chave:

Histeria; Feminino; Estratégias de poder; Sociedade.

Today's hysterics: a theoretical, social, and feminist perspective

Abstract

It is of interest for this work to carry out a multidetermined analysis of the hysterical nomenclature — a psychoanalytic concept with great theoretical repercussion, understanding its diagnostic meaning, its intimate relation with the context of the time, how it developed in the social scenario and became popularized as a feminine adjective and a power strategy intimately linked to the questioning of sanity. Starting from a theoretical bias, the research problem is centered on the control of female bodies, directly or sublimated by social culture and its strategies, which are capable of forging terms, medical diagnoses, and whatever they desire in the name of their interests. Through the literature review, it was possible to demonstrate the imperative need for the promotion of social and scientific debates that question the place designated and occupied by

women, as well as the promotion of public policies and social actions capable of guaranteeing rights and protection.

Keywords:

Hysteria; Female; Power strategies; Society.

Las histéricas de hoy: un recorte teórico, social y feminista

Resumen

Es de interés del trabajo realizar un análisis multideterminado de la nomenclatura histérica — un concepto psicoanalítico con una gran repercusión teórica, comprendiendo su significado diagnóstico, su íntima relación con el contexto de la época, cómo se desarrolló en el escenario social y se popularizó como adjetivo femenino y estrategia de poder íntimamente ligada al cuestionamiento de la salud mental. Partiendo del enfoque teórico, el problema de investigación se centra en el control de los cuerpos femeninos, directamente o sublimado por la cultura social y sus estrategias, que son capaces de forjar en su nombre términos, diagnósticos médicos y lo que deseen en función de sus intereses. Fue posible evidenciar a través de la revisión de literatura la imperativa necesidad de promover debates sociales y científicos que cuestionen el lugar destinado y ocupado por la mujer, así como la promoción de políticas públicas y acciones sociales capaces de garantizar derechos y protección.

Palabras clave:

Histeria; Hembra; Estrategias de energía; Sociedade.

Les hystériques d'aujourd'hui : une perspective théorique, sociale et féministe

Résumé

Il est dans l'intérêt de ce travail d'effectuer une analyse multidéterminée de la nomenclature hystérique — un concept psychanalytique avec une grande répercussion théorique, comprenant sa signification diagnostique, son lien intime avec le contexte de l'époque, comment il s'est développé dans le contexte social et est devenu populaire en tant qu'adjectif féminin et stratégie de pouvoir intimement liée à la remise en question de la santé mentale. En partant d'un biais théorique, le problème de recherche est centré sur le contrôle des corps féminins, directement

ou sublimé par la culture sociale et ses stratégies, qui sont capables de forger en leur nom des termes, des diagnostics médicaux et tout ce qu'elles souhaitent en fonction de leurs intérêts. Il a été possible de démontrer, grâce à l'examen de la littérature, la nécessité impérieuse de promouvoir des débats sociaux et scientifiques remettant en question la place désignée et occupée par les femmes, ainsi que la promotion de politiques publiques et d'actions sociales capables de garantir des droits et une protection.

Mots-clés :

Hystérie ; Femelle ; Stratégies de puissance ; Société.

Introdução

A histeria deriva do francês *hystérie*, que vem do grego *ύστέρα*, “útero”. Em primeira instância encarada como um adoecimento feminino a ser tratado pela análise psicanalítica (Freud, 1996), a histeria cunhou uma significação popular usada para designar mulheres que não se ajustam à norma social patriarcal vigente. É justamente partindo desse recorte dual, entre um adoecimento clínico e a forma como a sociedade se estrutura diante do feminino, que este trabalho pretende se dedicar ao tema.

Desde o nascimento das sociedades, a mulher é destinada a um papel histórico de subserviência, e sempre que o recusa é vítima de uma manobra estratégica para que se regule ou seja isolada da conjuntura (Homem & Calligaris, 2019). A discussão sobre o feminino por meio de um termo prioritariamente pertencente ao campo da psicanálise pode ser instrumento de fortalecimento de importantes debates sociais, além de corroborar o arcabouço teórico. Debates como esse, que atuam na estrutura de problemas sociais ativos, podem ser instrumentos na mudança de figuras designatórias instauradas no imaginário social.

Desse modo, é de interesse do trabalho teorizar a histeria a partir do viés psicanalítico, considerando o local ocupado pela mulher diante do diagnóstico, entendendo de que forma um conceito referido a um adoecimento clínico e marcador do início da carreira de Sigmund Freud com a psicanálise pôde tornar-se uma nomenclatura comum, para designar todas aquelas que se afastam da subserviência. A partir dessas duas análises, pretende-se propor uma consideração feminista do termo, rememorando a constituição da sociedade civil e a estrutura patriarcal atuante.

Para tal feito, a metodologia utilizada foi a revisão da literatura que tem como direção a organização e a revisão de obras dos mais diversos autores, compilando-os e em associação ao tema referido, para que dessa forma exista uma compreensão plural e adequada diante das publicações realizadas (Koller, Couto, & Hohendorff, 2014).

O adoecimento histérico

A nomenclatura da histeria — “doença do útero” — ilustra o cenário médico em que é descoberta, a lógica vigente, regida por homens, que estabelece ligação direta nas manifestações históricas a um local próprio ao feminino, de forma que apenas aquelas com útero poderiam regredir tão diretamente à ordem social, sem qualquer causa física — a patologia não tinha ordem orgânica (Freud, 1996).

Na busca das causas do adoecimento, pôde ser percebida a íntima ligação entre o surgimento do sintoma e um afeto esquecido e não elaborado, o que significa dizer uma situação com potencial energético que não encontrou na vida do sujeito forma de se integrar ao enredo, sendo realocada pelo mecanismo repressivo à instância inconsciente. Entretanto, essa potência energética não se dissipa na mudança, ela precisa encontrar uma maneira de ser expressa, e é justamente nesse ponto que o sintoma nasce, na tentativa de dar vasão à potência energética oriunda do afeto não elaborado (Freud, 1996).

Esses sintomas são conhecidos como manifestações históricas. Apesar do cenário, havia indicações importantes sobre a histeria em pacientes do sexo masculino, o que vai de encontro à justificativa de sua nomenclatura, o que pode escancarar o machismo instaurado em sua caracterização. Para além desse fato, essas manifestações foram tidas como casos de feitiçaria, possessões, tudo que contrariava os ideais instaurados e era tido como antinatural (Breuer & Freud, 1977).

É de imperativa importância destacar que são as mulheres, desde que o mundo se constitui assim, responsabilizadas por transgressões, invalidadas dentro de seus sofrimentos, como se não lhes fosse dado o direito de sofrer. As históricas vivenciavam potentes sofrimentos. Suas paralisias e afasias comprometiam diretamente suas vidas, e foi apenas com o tratamento psicanalítico que obtiveram a atenção necessária e uma via de saída a esses sofrimentos. Pela palavra, puderam experimentar o desaparecer dos sintomas e a retomada da direção de suas vidas (Freud, 1996).

Há uma característica importante e que atua em associação ao ataque de somatização histérico, que é o exagero. Isso significa que quem o enfrenta sofre desesperadamente. Esse exagero caracteriza a dimensão do que pode ser sentido, como um superlativo (Freud, 1996). Em contraponto, é justamente essa caracterização utilizada pelo linguajar popular para invalidar sentimentos e comportamentos femininos ao longo dos séculos: “não é pra tanto”, “você está exagerando”, “você está fazendo uma tempestade em copo d’água” (Botton, 2020).

É importante abrir um parêntese. Para além do feminino e do contexto histérico, é comum no cenário social que as pessoas acreditem entender a dimensão do sofrimento alheio por intermédio do discurso e assim mensurá-lo como digno ou não, como se o recorte pontual vindo daquele que sofre fosse capaz de descrever o fenômeno em sua completude, oportunizando, desse modo, a capacidade de

juízo. É imperativo que seja reforçada a multifatorialidade do sofrer, como circunstância abrangente e de bagagem. Aquele que sofre é sujeito protagonista de uma vida extensa e amplamente atravessada; a pura oitiva da dor não oferta entendimento completo do que ela representa e como é sentida (Carretero, 2003). Esse modo de invalidar o sofrimento teve forte atuação na histeria, e, advindo desse fato e de todo o desenrolar de controle e segregação, é imperativo considerar a histeria em associação aos fatores culturais e sociais da época, pois ela não surge sozinha, nem para benefícios de uma ciência médica, mas forjada por um contexto histórico de profundo adoecimento.

Para além disso, é necessário reforçar a histeria como um fator com profunda ordem social, que já agia no controle dos corpos femininos. No século XIX, as doenças que se relacionavam com o comportamento eram prontamente tidas como problemas do útero, não sendo de direito único da histeria essa caracterização, mas possivelmente é a mais famosa. A psicanálise atuou com alguns importantes casos de histeria, conseguindo solucioná-los, devolvendo nessas mulheres caminhos longe de suas somatizações, ou pelo menos longe das mesmas somatizações. Entretanto, diante da repercussão do diagnóstico médico amplamente distribuído na época — histórica —, muitas mulheres foram vítimas de fortes processos de segregação e internação (Botton, 2020).

Em algum ponto, a utilidade do termo foi designada para aquelas que contrariavam os ideais impostos, que falavam o que não devia ser dito, que se comportavam contrariamente à lógica moral. Em suma, embasados em um suposto diagnóstico médico, forjou-se um mecanismo repressivo para esconder da sociedade a representação de suas mazelas, para evitar que a subserviência se espalhasse, para que o poder patriarcal e de controle fosse mantido (Fuoco, 2020).

Desse modo, é possível perceber que, apesar de ser um adoecimento concreto e causador de sofrimento, não é possível controlar a forma como será usado pelo cenário social, nem seus fins. Como ferramenta de controle e poder, a histeria, no século XXI, é duramente criticada e tida apenas como uma ferramenta dos grandes poderes. Tem-se que seu surgimento, os trabalhos executados, os procedimentos analíticos tiveram um único objetivo: o de fortalecer os estigmas e, mais uma vez na história das sociedades, forjar as mulheres que não se submetiam à ordem social vigente como loucas (Guimarães, 2018).

Sanidade e estratégias de poder

O efeito de rotular a loucura e distribuir essa designação no cenário social é um mecanismo de poder sobre os corpos e a existência, como bem ilustrado por Foucault (1997). A loucura não se refere a uma manifestação mental oriunda apenas de uma circunstância individual, mas origina-se em um cenário social, interes-

sado na manutenção de poder, que encontra nela uma forma de controlar quem compõe a sociedade, hostilizando aqueles que julga não se adequar ou que ameaçam de algum modo a estrutura vigente.

Fala-se da histeria em um contexto em que as mulheres eram designadas ao casamento, à casa e à criação de filhos, cuja principal preocupação era sua capacidade de procriar, contexto cujo espaços públicos não eram formados para mulheres. De certo modo, a históricas demonstravam recusa ao que lhes era imposto, recusa essa que as fazia adoecer profundamente, pois concebiam a incompatibilidade de seus desejos com a norma atuante (Botton, 2020).

Entretanto, essa manifestação não era bem-vista, e, como prática comum à construção das sociedades, colocou-se a mulher como sendo incapaz de responder por si mesma, tomada pela loucura, e logo ela institucionalizada, a fim de mantê-la em controle. Já teorizado por Beauvoir (1980), a mulher ocupa o local de outro desde os primórdios, o segundo sexo, havendo sempre espaço para questioná-la, para colocar sua sanidade em jogo, na tentativa de invalidar suas demandas. Não à toa, atualmente manifestações políticas que reivindicam direitos femininos são tidas pelo cenário como vindas de um grupo de loucas.

É significativo lembrar o quantitativo de mulheres assassinadas entre os séculos XV e XVIII, enforcadas, queimadas e torturadas por simplesmente demonstrarem maior liberdade e autonomia do que suas conjunturas poderiam suportar. Há uma lógica vigente no eixo central da constituição social que embasa a forma com que as mulheres são encaradas desde que o mundo se institui como tal. Há, na cultura ocidental, uma instauração misógina, representada por duas fortes figuras que compõem os mitos do surgimento da humanidade: Eva e Pandora (Homem & Calligaris, 2019).

Ambas as figuras, a primeira mulher do mundo segundo a Bíblia e a primeira mulher da mitologia grega, responsáveis pelo pecado e por liberar todos os males do mundo, respectivamente, marcam a figura feminina como representante do mal. Essencialmente a figura de Eva, retrata a mulher como responsável pelo pecado do homem, como aquela que induz o homem a pecar, a caracterização direta da tentação, do escancaramento do desejo masculino (Homem & Calligaris, 2019).

Não obstante, e como herança dessa constituição, o local destinado às mulheres por muitos séculos, o lar, era também um local que agia essencialmente sob essa liberdade, e a subserviência operada entre as linhas é também uma estratégia de silenciamento e invisibilidade. Qualquer manifestação que ousasse contrariar tal imposição era vista com medo e pavor, como uma grande transgressão e ameaça, sendo a manutenção de seu silenciamento a garantia da ordem social (Perrot, 2007).

O questionamento da sanidade ocupa papel central nas estratégias de controle usadas contra as mulheres ao longo dos anos. Se é tida como louca, essa mulher perde completamente seu crédito e, em consequência, sua voz, a capacidade de

ser escutada e validada, modo esse de grande sucesso e estratégia utilizada até o século atual. Como exemplo, é comum que em decisões de guarda na Justiça a mãe seja acusada de grandes desvios morais. Questionam-se sua sanidade, seu trabalho, na tentativa de invalidá-la, fazendo-a parecer menos competente, temperamental, uma ameaça ao bem-estar da criança (Negrelli, 2022).

Outro importante exemplo pode ser ilustrado pela personagem Lidia Poet, do seriado *As leis de Lidia Poet* (Lamartire & Rovere, 2023). A personagem em questão se formou em direito, mas tem seu registro recusado pela Ordem dos Advogados por ser mulher. Pode-se observar, em alguns episódios, a forma com que a personagem é tida como louca, como transgressora. Quando insiste em seu registro, é comum que escute que deveria procurar um marido para se casar. Mais uma vez, torna-se visível que a estratégia básica para pôr descrédito em uma reivindicação ou sofrimento é a utilização do rótulo da loucura.

Como bem exemplificado por Foucault (1997), a loucura é uma construção social, que se ajusta à época e às demandas de poder, sendo instrumento de segregação, tida como ferramenta para livrar-se de grupos indesejáveis ao cenário social. A histeria é capaz de moldar a estrutura da normalidade, criando um limite entre a mulher certa e a indesejada, entre o comportamento ideal e o comportamento a ser eliminado (Botton, 2020).

Quem são as históricas de hoje?

A histeria, nos dicionários atuais, designa um exagero emocional (Dicio, 2023). É possível deduzir, com esse apontamento, quem se tornaria ilustração dessa descrição, sendo classificada comumente pela sociedade como dramática e exagerada. A quem se direciona essa designação, não mais prioritariamente linguística, mas social, instaurada em todos os campos relacionais? A nomenclatura que designa toda aquela que foge à submissão e reage diante do que lhe é imposto: as históricas (Guimarães, 2018).

Se, antes, eram apenas aquelas que recusavam o casamento, que desejavam estudar, que negavam os filhos, que saíam de casa para trabalhar, hoje são simultaneamente também as que protestam nas ruas, que recusam o local de subserviência, a heteronormatividade, a performance do feminino, os padrões de beleza, que enfrentam seus passivo-agressores, que reivindicam seu trabalho à constituição familiar, que se afastam do “instinto natural” do cuidado e do zelo (Guimarães, 2018).

Em suma, a histeria ocupa o local do que não se pode controlar, caracteriza a mulher sobre a qual o Estado não exerceu seu poder normativo e que se permitiu a construção de uma nova história em face daquela roteirizada para ela. A luta pela igualdade entre os sexos persiste ao longo dos séculos, e talvez a mais questionada no imaginário social seja a capacidade de escolha, de decidir um caminho diferente do que se espera do feminino (Homem & Calligaris, 2019).

Os séculos que reverberaram a nomenclatura histórica fortaleceram o estigma de designação para o feminino. As lutas travadas pelas mulheres garantiram a conquista de direitos básicos importantíssimos ora negados pela conjuntura, a exemplo do direito à participação política pelo voto direto. Entretanto, em meio às conquistas do século XXI, há uma máxima posta por Simone de Beauvoir (1980) que diz que basta uma crise no eixo das sociedades civis, seja ela qual for, para que os direitos das mulheres sejam questionados.

Tal máxima, além de refletir o cenário inseguro para o feminino, é um exemplo da estruturação social dos sexos. A linguagem e as palavras tomadas e destinadas às mulheres têm uma sutil ligação com termos discriminatórios e carregados de machismo. Históricas e bruxas foram termos utilizados para descredibilizar e desqualificar mulheres nas sociedades civis, e o que era chamado de transgressão denunciava as mazelas de uma conjuntura contaminada e comandada por ideais masculinos (Homem & Calligaris, 2019).

Para além disso, o *gaslighting* é um tipo de violência psicológica que recebe esse nome por causa de uma peça teatral cujo enredo ilustrava um casal. O homem desligava o gás que abastecia a lâmpada da casa e todas as vezes em que a mulher questionava o porquê de a lâmpada estar falhando, ele lhe respondia dizendo que estava acesa, que ela não estava vendo bem. Essa situação, ocorrendo de forma repetitiva, pôs em xeque a sanidade da mulher, que passou a se questionar, abandonando o olhar para lâmpada, já que não seria capaz de distinguir quando estava acesa ou não (Reif, 2019).

Esse exemplo e o termo bastante utilizado nos círculos feministas para caracterizar abusos descrevem bem a forma íntima com que a manipulação flerta com a loucura. A partir do momento em que se questiona a sanidade de uma mulher, ameaçando-a, é possível controlá-la, agir sobre ela, exercer poder. Não à toa, como já posto anteriormente, a loucura desqualifica o local de credibilidade, e, dessa forma, todo questionamento da sanidade é a possibilidade de atuação na vulnerabilidade e na exposição (Reif, 2019).

Um recorte interessante e protagonizado nos últimos anos no Brasil, em meio a intensas manifestações políticas, reivindicações potentes e graves comportamentos direcionados aos grupos minoritários, é com relação ao termo feminista, comumente usado para designar a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, para o qual se forjou um significado indireto, ofensivo, que designava a mulher inferiorizada, alienada e, sobretudo, louca. No cenário político de divisão e caos, o termo feminista — essencialmente nos grupos direitistas — passou a ser sinônimo de desarranjo social, desequilíbrio e insanidade (Miguel, 2021).

Em meio a essa associação, era possível encontrar nas redes sociais comentários “e a louça, já lavou?” em publicações que reivindicavam direitos femininos, que denunciavam falas machistas ou que escancaravam abusos (Galvão, 2021). Essa frase protagonizou ondas de inferiorização e exposições ao ridículo nas platafor-

mas digitais. Mais uma vez, citando Beauvoir (1980), não precisa muito para que as mulheres sejam postas novamente no local de subserviência, que sua liberdade seja questionada e seus direitos desapareçam.

Não obstante, é possível perceber a força que certos termos são capazes de exercer no cenário social e como atuam na linguagem comum. Considerando um contexto patriarcal, no qual inclusive a forma de se comunicar é diretamente influenciada, é possível evidenciar a quantidade de lutas travadas diariamente pelas mulheres, aquelas que ocupam o mesmo grupo indistinguível, as quais são referidas pela maioria como “A mulher”, que são descritas como uma só, com os mesmos desejos e vontades, com o mesmo comportamento, que são sempre tidas como exageradas, temperamentais e históricas (Reif, 2019; Ribeiro et al., 2015).

É imperativo frisar tal ponto, destacando um viés possível por meio desse olhar generalizador masculino. Há no imaginário essa descrição universal do feminino, o que pode indicar um desejo estruturante de que todas fossem uma só, para que assim não fossem necessárias tantas manobras psicológicas, sociais, de poder e violência para controlá-las, agir sobre elas (Ribeiro et al., 2015). Sonha-se com A mulher para que se convença de que é possível decifrar o feminino, para que se convença de que se é superior, para que se reafirme a crença que cultiva em si do feminino como segundo sexo. Como belamente dito por Lacan (2009), A mulher não existe.

As idealizações com o feminino perpassam por seus estereótipos, pelos termos tomados pelo patriarcado, pela tentativa urgente de exercer controle sobre os corpos femininos, regulá-los, normatizá-los, fazê-los comprar os ideais que sustentam o sistema dominado por homens, a subserviência, a imperatividade da constituição familiar, os afazeres domésticos, a procriação. Todos esses mecanismos, que vão desde a linguagem até ações concretas, não são capazes de deixar escapar ao menos os diagnósticos clínicos, como foi visto nos casos históricos. O patriarcado funciona como uma máquina, munida de todo o poder civil e jurídico, preparado para fazer o que for necessário para a conquista de seus interesses e a manutenção de seu império (Oliveira, 2018).

Conclusão

Diante do exposto, é possível observar que a análise dual proposta pelo trabalho foi capaz de revelar a íntima relação entre a constituição histórica, o papel delegado à figura feminina e como termos clínicos, como a histeria, podem ser forjados em um novo contexto, para exercer poder e subserviência. A histeria, termo clínico e famoso do campo psicanalítico, foi tomado pelo cenário social e utilizado em larga escala para criar uma definição feminina no campo simbólico. A mulher instaurada no imaginário social, é esculpida em estereótipos sexistas e com o potente desejo de controle nas entrelinhas.

A forma como a sociedade se estrutura é o cerne de grandes problemas sociais, por isso sua análise é sempre imperativa para o melhor entendimento de questões enraizadas — no trabalho em questão, o local ocupado pelo feminino. A caracterização atual das históricas é, em suma, consequência de um processo profundo, que perpassa os séculos. A representação do feminino, que vai sendo atribuída e modificada conforme as demandas do patriarcado, ou seja, a figura feminina e a forma com que é entendida, está sempre a serviço de um sistema de poder misógino.

O ódio à figura feminina, constituído na história das sociedades, não é dirigido à mulher, mas a seus desejos, à constatação de sua autonomia, de tudo aquilo sobre o que não se pode agir, por isso há tantos artifícios de controle, silenciamento e descrédito, ferramentas propositalmente utilizadas para tentar instaurar critérios de validade de acordo com seus próprios interesses. O questionamento à sanidade atua justamente nesse sentido. Se não há sanidade, não há voz ativa, não há reivindicação coerente, não há valor social. Infelizmente e em associação, a loucura, no cenário social, é gravemente atingida pela segregação.

Para além do debate proposto, há a necessidade de mais ligações entre as práticas higienistas que atuam na sociedade atual, no silenciamento das mulheres e nas microviolências ofertadas pela linguagem e pelas políticas sociais. Há a imperatividade absoluta da existência de ações públicas que corroborem a sociedade civil na constituição de um ambiente mais preparado para o enfrentamento dessas mazelas, capacitando intelectualmente as mulheres para o conhecimento de seu papel histórico e munindo-as de práticas sociais e políticas públicas para a garantia de direitos.

Referências bibliográficas

- Beauvoir, S. de (1980). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Botton, V. B. (2020). Histeria, mulher e feminino. In *Rede Brasileira de Mulheres Filósofas*. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://www.filosofas.org/post/histeria-mulher-e-femenino>
- Breuer, J., & Freud, S. (1977). Estudos sobre a histeria. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Imago.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia*, São Paulo: USP, 14(3).
- Dicio, Dicionário online de português (2023). *Histeria*. Porto: 7Graus. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://www.dicio.com.br/histeria>
- Foucault, M. (1997). *A história da loucura na idade clássica* (5a ed.). São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961)
- Freud, S. (1996). *Estudos sobre a histeria* (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)

- Fuoco, G. del (2020). Os filmes de terror: construindo a mulher louca e mantendo seu medo como loucura. In *QG Feminista*. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://qgfeminista.org/os-filmes-de-terror-construindo-a-mulher-louca-e-mantendo-seu-medo-como-loucura>
- Galvão, D. (2021). E a louça, já lavou? In *Medium*. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://debora-galvao.medium.com/e-a-lou%C3%A7a-j%C3%A1-lavou-ed94cdc5e88f>
- Guimarães, F. (2018). Mulheres e depressão: quando a loucura é filha do machismo. In *Az Mina*. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://azmina.com.br/reportagens/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo>
- Homem, M., & Calligaris, C. (2019). *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Campinas: Papyrus 7 Mares.
- Koller, S. H., Couto, M. C. P. P., & Hohendorff, J. V. (2014). *Métodos de pesquisa: manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lamartire, L., & Rovere, R. (2023). *As leis de Lidia Poet* [seriado]. Produção: G. Luculano, F. Marras, & D. Orsini. Estados Unidos: Netflix.
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da direita brasileira. *Cadernos Pagu*, (62).
- Negrelli, A. V. (2022, 3 de janeiro). Falsa acusação de alienação parental: mais uma violência contra a mulher. *Revista Consultor Jurídico*.
- Oliveira, L. S. de (2018). Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 22(2).
- Perrot, M. (2007, janeiro-abril). *Minha história das mulheres*. Estudos Feministas, Florianópolis. 15(1).
- Reif, L. (2019). Você não está louca! Entenda como funciona o *gaslighting*. In *Az Mina*. Recuperado em 22 de abril, 2023, de <https://azmina.com.br/reportagens/quando-a-loucura-e-filha-do-machismo>
- Ribeiro, M. A. C. et al. (2015). A mulher: um sintoma para o homem?. *Rev. Latino-Am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 18(1).

Recebido: 01/12/2022

Aprovado: 15/12/2022